



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2022



Companhia Paranaense de Gás

Gás Natural

CNPJ 00.535.681/0001-92

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Wendell Alexandre Paes de Andrade de Oliveira
Membros	Anderson Gil Ramos Bastos Eduardo Panek Gustavo Giffhorn Carmargo João Biral Junior Julio Jacob Junior Renato Aparecido Fontalva Vitor Calzans Baroni
CONSELHO FISCAL	
Presidente	Marcio Musso de Góes
Membros	Juliana Medeiros de Castros Passos Roberto Zanelli Covello Tizon
DIRETORIA EXECUTIVA	
Presidente	Rafael Lamastra Junior
Diretor de Administração e Finanças	Vitor Hill de Oliveira Alves Pessoa
Diretor Técnico Comercial	Fábio Eduardo Morgado
CONTADOR	
	Marcelo Pereira da Silva CRC-PR 034803/O-0

Relatório de Administração – Exercício 2022

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022.

A COMPAGNAS

A Companhia Paranaense de Gás – Compogas, é uma sociedade de economia mista de capital fechado, responsável pela distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná. Tem como acionistas a Companhia Paranaense de Energia – Copel, com 51% das ações, a Comitit Gás S.A., com 24,5% e a Mitsui Gás & Energia Brasil Ltda com 24,5%. A concessão dos serviços de distribuição de gás canalizado, outorgada à Compogas em 06/07/1994, foi renovada em 2022, pelo Governo do Estado do Paraná, por mais 30 anos contados a partir de 06 julho de 2024, com vigência até 06 julho de 2054. Com a renovação antecipada, a Companhia passou a seguir um novo contrato que prevê investimentos e ações que permitirão levar o gás natural a um número cada vez maior por energia elevam o papel do gás natural e o gás natural e o gás natural fóssil mais limpo capaz de contribuir com as metas e práticas de descarbonização ambiental. No Brasil, o setor de gás canalizado segue com transformações em prol de uma participação cada vez mais ativa de diferentes agentes e empresas em toda a cadeia de suprimento. Dados da Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) indicam que em todo o país são mais de 4,2 milhões de consumidores de gás natural em residência comercial, industrial e automotiva. A extensão das redes de distribuição de gás canalizado ultrapassa a marca dos 41,5 mil km em todos os estados e alcança 484 municípios. Já o volume movimentado superou, na média anual, a marca de 57,8 milhões de m³/dia em 2022. No ano, alguns fatos relevantes impactaram o cenário nacional e o mercado paranaense. A Compogas Gás & Energia concluiu o processo de compra e participação da Petrusium na Gaspetro e criou a Comitit, uma holding, resultado da combinação de duas empresas do mercado de gás, a Compogas e a Mitsui. A Comitit tem participação em distribuidoras de gás canalizado em diferentes estados do país, incluindo a Compogas.

Em 2022, a Compogas realizou sua terceira Chamada Pública (CP23) para contratação de gás natural para complementar os contratos vigentes e atender ao mercado cativo no período 2023-2025. A iniciativa resultou no recebimento de 15 propostas e na celebração de um primeiro contrato na modalidade firme com a Petrosbras, com volume de 208 mil m³/dia, para fornecimento a partir de 2024. A contratação foi dimensionada para contemplar janelas de oportunidade para novos fornecedores. O processo permanece aberto e, no total, a Companhia busca viabilizar a aquisição potencial de até 500 mil m³/dia até 2025. Pela primeira vez, a Compogas assinou contrato com um supridor alternativo à Petrosbras. O acordo firmado com a paranaense Tradener possibilitou a entrega de 2,5 milhões de metros cúbico (m³) para a Compogas na modalidade interruptível. A Companhia segue na busca por mais competitividade e com ações para eliminar as barreiras que ainda persistem para maximizar as ofertas de gás para o Paraná. O ano também foi marcado por ações ligadas ao compromisso com o meio ambiente. A Compogas reconhece que o gás natural tem um papel importante na transição energética e acredita que o biometano é o caminho para uma economia com foco na descarbonização. Em alinhamento a este cenário e às novas demandas por energia, a Companhia lançou o Programa Compogas +Verde. A iniciativa visa investir em soluções sustentáveis, como o biometano, uma energia eficiente e limpa, para inserir esse combustível no portfólio de suprimento com o objetivo de proteger a natureza, expandir sua atuação no Paraná e oferecer uma energia renovável aos clientes. O marco do programa se deu com a abertura da primeira chamada pública exclusiva para o recebimento de propostas de fornecimento de biometano, o gás natural renovável.

2022 entra para a história como o ano em que a Compogas teve renovada a sua concessão dos serviços de distribuição de gás canalizado no Paraná. A Companhia assinou um novo contrato de desenvolvimento e com a expansão no Estado. Para o novo período, que vai de 06 de julho de 2024 a 06 de julho de 2054, estão indicados investimentos de mais de R\$ 2,5 bilhões para atendimento às 105 regiões, além da conexão de mais de 60 mil novos usuários e da implantação de novas redes de distribuição. A Companhia também destinará recursos para a área tecnológica e para a atuação no biometano no âmbito de suprimento, com o foco de entregar energia limpa e reforçar seu compromisso com a sustentabilidade. A Compogas investiu e continuará investindo no desenvolvimento do mercado de gás.

Resultados Operacionais 2022
A Compogas encerrou 2022 com o atendimento a mais de 53 mil clientes, dos quais 98,4% do segmento residencial. No ano, foi registrado alta de 6% no volume distribuído ao mercado não térmico, em comparação ao ano de 2021. As altas de consumo foram registradas em atividades dos setores industrial (cogeração e matéria-prima) e comercial, destacando assim, o dinamismo e o fortalecimento das atividades empresariais no Estado. Considerando o volume total distribuído pela Companhia, houve queda de 48%, impactada pelo menor despacho térmico da Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA).

DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL NO PARANÁ – 2021/2022

SEGMENTOS	2021 (m³/dia)	2022 (m³/dia)	Var. %
Residencial	33.900	35.365	4%
Comercial	15.045	18.726	24%
Industrial	423.134	424.036	0%
Veicular	66.519	62.839	-6%
Cogeração	109.163	147.747	35%
Matéria-Prima	230.329	245.447	7%
Geração de Energia Elétrica	368	219	-40%
GNC (Industrial e Veicular)	14.746	13.915	-6%
GNL (Industrial)	0	0	-
Total mercado não térmico	893.203	948.295	6%
Térmica	1.212.597	137.700	-89%
Total DISTRIBUIÇÃO	2.105.801	1.085.365	-48%

Na comparação nacional, o volume distribuído pela Companhia correspondeu a 2,1% do total de gás natural canalizado distribuído no país. Entre os estados do Sul, a Compogas foi responsável por 24,4% do volume de gás natural canalizado no Brasil. Os dados foram extraídos do Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria do Gás Natural, organizado pelo Departamento de Gás Natural da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia (MME). Mais de 53 mil clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular integram a base de consumidores de gás natural canalizado no Paraná. O total registrado em 2022 é 3% maior que o alcançado em 2021 e representa mais de 2 mil novos lares, indústrias e comércio que passaram a consumir um combustível mais limpo, eficiente, prático e seguro.

CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CLIENTES POR SEGMENTO – 2021/2022

SEGMENTOS	2021	2022	VAR. %
Residencial	50.511	52.170	3%
Comercial	603	620	3%
Industrial	177	175	-1%
Veicular	34	33	-3%
Cogeração	2	2	-
Matéria-Prima	3	3	-
G.E.E.	5	4	-20%
GNC (Industrial e Veicular)	2	2	-
GNL (Industrial)	0	0	-
Total mercado não térmico	51.337	53.009	3%
Térmica	1	1	0%
Total	51.338	53.010	3%

Investimentos

Em 2022, a Compogas concentrou seus esforços em projetos de saturação e integridade de rede para expandir a sua atuação nas regiões já atendidas pela rede de distribuição de gás canalizado e aumentar a eficiência operacional. O investimento total somou R\$ 14 milhões. Deste total, cerca de R\$ 8 milhões foram direcionados a projetos de saturação dos mercados urbano e industrial. Para atendimento ao mercado urbano R\$ 6,3 milhões foram investidos na construção da rede de distribuição e na ligação de clientes residenciais e comerciais. No segmento industrial, pouco mais de R\$ 1,6 milhões foram utilizados para a execução de ramais e em projetos para ligação dos novos clientes. Mais de R\$ 4 milhões foram destinados às obras de integridade de rede com o objetivo de garantir a operação e o fornecimento contínuo de gás natural canalizado em toda a área de atendimento da Companhia. Outros R\$ 2 milhões foram investidos na otimização de atividades administrativas e em Sistemas e Tecnologia da Informação.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros não foram impactados diretamente pelo maior número de usuários de gás no Estado e pelo maior volume distribuído pela Companhia. Em 2022, o incremento de 6% no volume distribuído ao mercado não térmico e o aumento da margem e do preço do gás na tarifa impactaram a Receita Líquida, que foi de R\$ 1,26 bilhão. No ano, o EBITDA foi influenciado pelo ajuste a *fair value* dos créditos oriundos das operações de venda e aquisição de gás e alcançou o valor de R\$ 238 milhões, o lucro líquido também sofreu variação devido à receita financeira da atualização sobre os ativos financeiros e resultou em R\$ 176,2 milhões. Os valores são superiores em 43% e 40%, respectivamente ao obtido no ano anterior.

ADMINISTRAÇÃO

Governança Corporativa

Na Compogas, as práticas de Governança Corporativa estão pautadas nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, em consonância com os princípios éticos estabelecidos no Código de Conduta e Integridade e em seus valores.

- Dentre as práticas de Governança adotadas pela Companhia, destacam-se:
 - Avaliação de desempenho dos administradores, conselheiros fiscais e membros de comitês estatutários. O processo compreende avaliações coletivas (pares e do órgão) e individuais (autoavaliação), por meio de metodologia de avaliação estruturada segundo os questionários da Lei nº 13.303/2016;
 - Treinamento Anual dos Administradores, englobando a participação dos conselheiros fiscais e membros dos comitês estatutários. A capacitação envolve os temas relacionados à legislação societária, governança corporativa, Código de Conduta e Integridade da Compogas, Mercado do Gás, ESG, Lei Geral de Proteção de Dados, controles internos e gestão de riscos;
 - Disponibilidade de sistema independente para a recepção de denúncias, com atendimento estruturado para funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana;
 - Disponibilização de canal de ouvidoria, para registro sugestões, críticas, denúncias, reclamações e/ou elogios;
 - Manutenção do Portal da Transparência, como ferramenta de controle social, (<http://transparencia.compogas.com.br/pt/>) conforme Lei nº 12.527/2011, com o fim de garantir o acesso às informações a todas as partes interessadas, previsto no art. 5º inciso XXXIII, no art. 37 3º inciso II e do art. 216, § 2º da Constituição Federal;
 - Aplicação de treinamentos e envio de comunicações periódicas sobre o Código de Conduta e Integridade como parte do Programa de Compliance e Integridade da Companhia para orientar a conduta e os atos de todas as pessoas que exercem atividades em nome da Compogas, estabelecendo parâmetros de conduta para empregados, membros da Diretoria, dos Conselhos e Comissões;
 - Atuação da Comissão de Ética e Apuração Interna (CEAI) na apuração das denúncias recebidas, na orientação e aconselhamento sobre a ética profissional dos empregados, no esclarecimento de dúvidas sobre o Código de Conduta e Integridade e nas atividades relacionadas à prevenção de desvios comportamentais;
 - Manutenção do Programa de Compliance e Integridade: consiste em um conjunto de medidas com o objetivo de prevenir, detectar e remediar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos no ambiente da Compogas. O Programa está alinhado aos valores da Companhia e segue as orientações da Controladoria Geral da União – CGU e Controladoria Geral do Estado do Paraná – CGEP/PR, órgãos de referência na promoção de ética e integridade. A Companhia adota práticas anticorrupção através da implementação de políticas e treinamentos aos colaboradores, disponibilizando canais para recebimento de denúncias e fiscalização pelo Estado e pela sociedade.

Canais de Comunicação e Integridade

Com vistas à promoção de um ambiente corporativo, transparente e ético, a Compogas disponibiliza canais de comunicação para receber opiniões, críticas, reclamações, denúncias e consultas sobre ética profissional. Esses canais estão disponíveis a todos os parceiros da Companhia, incluindo seus colaboradores, contratados e clientes. A iniciativa é para que essas partes possam registrar qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias.

Ambiente Legal e Regulatório

No âmbito da fiscalização do serviço, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agerap, ao longo de 2022, promoveu ações relacionadas ao mercado de gás no Paraná, além de fiscalizações voltadas à segurança e qualidade do serviço de distribuição. Em termos de inovação do arcabouço regulatório, a Agência deu início ao processo de regulação do mercado livre do gás no Estado do Paraná, tendo submetido à participação social a minuta de resolução que dispõe sobre os requisitos dos Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), e se celebrando entre a Concessionária e os Usuários Livres. A Compogas, reafirmando o permanente apoio à formação de um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo, apresentou contribuições à proposta da Agerap e aguarda para 2023 o resultado dessa etapa inicial, importante para o funcionamento do mercado livre no Estado.

No desenvolvimento de qualquer serviço, o processo operacional da Companhia é sistematicamente vistoriado pela Agência Reguladora sem histórico de imposição de penalidade por infração ao Contrato de Concessão ou normas que regulamentam o serviço de distribuição de gás canalizado. Acerca da qualidade, indicadores de desempenho foram objeto de diversas discussões entre a Companhia e a Agerap visando um adequado processo de implementação em termos regulatórios.

Do ponto de vista da regulação econômica, os reajustes tarifários decorreram da atualização monetária das margens de distribuição e o repasse das variações do custo do gás, observada, nesse último caso, a disciplina do mecanismo regulatório da Conta Gráfica (atual Resolução Agerap 028/2022, que em 31 de outubro de 2022, revogou a Resolução Agerap 006/2021). O mecanismo regulatório da Conta Gráfica disciplina o repasse das variações do custo do gás nas tarifas, prevê o acompanhamento mensal do custo do gás e determina condições e data-base para os devidos reajustes tarifários, resultando em maior estabilidade tarifária ao usuário. Nos últimos dois anos, em prol da manutenção da competitividade e da própria economia em período pandêmico, a Compogas absorveu os custos relacionados ao custo do gás natural e o gás natural fóssil mais limpo na tarifa ao longo dos meses de 2023 e 2024.

Segurança da Informação e Proteção de Dados na Compogas

Com o intuito de disseminar os conceitos de privacidade e de proteção de dados no ambiente interno, de forma a garantir a segurança da informação e dos dados pessoais de parceiros, clientes, colaboradores e fornecedores, a Compogas criou a Comissão de Proteção de Dados, a Compogas conta com a Coordenação de Proteção de Dados e com a Encargada de Proteção de Dados, responsável pelo atendimento dos titulares de dados pessoais, com interface junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Ao longo de 2022, foram desenvolvidos diversos trabalhos e ações para disseminar os conceitos de privacidade e de proteção de dados no ambiente da Companhia, adequando, dessa forma, os processos que envolvem tratamento dos dados pessoais. Assim, a Compogas mantém seu propósito de aplicação das boas práticas que envolvem os preceitos de conformidade, estendendo às atividades que tratam dados pessoais.

A Compogas encerrou 2022 com um quadro de pessoal que soma 163 colaboradores, incluídos os empregados concursados, comissionados, aprendizes, estagiários, cedidos e diretores. As pessoas que integram a Companhia são, em sua grande maioria, profissionais com formação de nível superior, o que reflete a alta qualidade e qualificação de todo o time. Todos os empregados estão cobertos por Contrato Coletivo de Trabalho e possuem contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O relacionamento entre as pessoas que exercem atividades na Companhia, ou em seu nome, é orientado por meio do seu Código de Conduta e Integridade. É o Código que estabelece os princípios norteadores e as condutas íntegras para as relações da Compogas e permite aos seus empregados, parceiros e fornecedores, conhecer e aplicar os princípios da Compogas.

A Compogas estabelece suas remunerações de acordo com seu Plano de Cargos e Salários. Não há qualquer distinção no salário destinado a homens e mulheres ou a qualquer outra diferença, com exceção ao que cabe na própria metodologia do plano, que considera a promoção por mérito e desempenho obtido.

As atividades contratadas pelos colaboradores também são reconhecidas com um amplo pacote de benefícios, compatíveis aos existentes no mercado, e que inclui assistência médica e odontológica, previdência privada, auxílio alimentação e refeição, auxílio educação para dependentes, auxílio-doença, seguro de vida, entre outros. Como empresa cidadã, a Companhia também oferece licenças maternidade e paternidade estendidas (180 dias para mulheres e 20 dias para homens, e em caso de falecimento de pais), licença para cuidar de familiares com deficiência e o bem-estar de seus colaboradores reflete em melhores condições e resultados para o seu negócio.

No âmbito da qualificação, a Compogas proporciona treinamentos, bolsas de estudo para aprendizado de língua estrangeira e pós-graduação visando estimular o desenvolvimento das pessoas para atender às necessidades e interesses da Companhia. No ano, a média de cursos e treinamentos foi de aproximadamente 14 horas por colaborador, sendo que, no total, foram oferecidas mais de 2 mil horas de capacitação.

Diversidade e Igualdade de gênero

Na Compogas, as mulheres representam 38% nos cargos de liderança. Elas também respondem por 40% das atividades de segurança e a sua representatividade nas mais diversas atividades da Companhia é crescente. A Companhia direciona esforços para fortalecer a agenda de valorização do trabalho da mulher, com o compromisso de reconhecer as oportunidades e oferecer as mesmas condições para homens e mulheres.

Saúde e Qualidade de Vida

Após o início da pandemia da COVID-19, 2022 foi o ano da retomada das atividades econômicas. Mantendo todos os cuidados com a segurança e a saúde de seus colaboradores e da sociedade, a Compogas retomou o trabalho presencial em todas as áreas. Como atenção, manteve o monitoramento constante a respeito do estado de saúde e apresentação de sintomas relacionados à COVID-19 de todo o seu quadro de colaboradores e de terceiros envolvidos diretamente na atividade. Para os casos suspeitos foi realizado o exame RT-PCR, estabelecido pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde como referência (padrão ouro) no diagnóstico da COVID-19. Em casos positivos, o protocolo de afastamento seguiu as orientações médicas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Apesar do registro de casos, a Compogas não teve fatalidades relacionadas à doença.

Além de ações de prevenção, a Compogas também realizou no mês de abril, a Campanha de Vacinação contra a Gripe que contemplou todos os colaboradores e seus dependentes, além de terceirizados que atuam nas dependências da empresa.

Também em atenção à saúde, foi dada continuidade ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), realizado em parceria com a Fundação Copel. Em 2022, 100% dos funcionários do quadro próprio realizaram consultas e exames para diagnóstico de possíveis situações de risco à capacidade e produtividade no trabalho.

A Compogas manteve o Programa de Qualidade de Vida com incentivo à prática esportiva e com a divulgação de conteúdos sobre relaxamento, autoconhecimento, nutrição e vida saudável, visando proporcionar bem-estar e qualidade de vida para mudança de hábitos. 58% dos funcionários participaram de alguma atividade e integraram o programa em 2022.

SEGURANÇA

A Compogas implantou o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) que estabelece as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras – NR (Normas de Segurança). Para os riscos, foram realizados cursos de desenvolvimento de riscos ocupacionais, além das medidas de prevenção em Saúde e Segurança no Trabalho. O PGR considerou todas as exposições ocupacionais aos agentes físicos, químicos e biológicos e de acidentes a que os colaboradores da Compogas estão expostos, além da descrição das atividades, formas e fatores de exposição, identificação dos grupos de trabalhadores e suas relações com cada fator de exposição, além das medidas de prevenção e controles.

O resultado foi um trabalho de levantamento e mapeamento dos principais riscos ocupacionais existentes, classificados por grupo de trabalhadores, fatores de exposição, gravidade e probabilidade, seguido de um Plano de Ação para tratamento e mitigação dos riscos. O PGR foi apresentado a todos os colaboradores da Companhia em uma ação de comunicação realizada pela Assessoria de Segurança e Saúde. O objetivo do projeto foi dar conhecimento e alertar sobre todos os pontos mapeados e constantes no programa.

O zelo pela segurança, saúde e qualidade das operações e processos da Companhia também resulta em ações realizadas diretamente pela equipe de Segurança do Trabalho. Em 2022, todas as obras e serviços da Companhia passaram por inspeções que identificaram e qualificaram os principais atos e condições inseguras para a realização de serviços corretivos e reeducando assim a probabilidade de acidentes. As atividades em campo foram realizadas por funcionários ou terceiros que tenham participado de treinamentos sobre procedimentos relacionados à saúde e segurança no trabalho e da exposição dos riscos para as atividades realizadas.

No âmbito da segurança, a Compogas também promoveu a aproximação entre a Compogas e as principais empresas contratadas para obras de saneamento e telefonia nas regiões de atuação da empresa para evitar possíveis interferências na rede de distribuição de gás. O relacionamento com esses agentes, assim como com órgãos de proteção e defesa da sociedade, como Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Órgãos de Trânsito, entre outros, fazem parte do Programa de Prevenção de Danos na Rede de distribuição de gás natural. Em 2022, as ações foram realizadas para o gerenciamento de riscos, atendimento e serviços de obras de água e esgoto, tanto de caráter eletivo quanto emergenciais, e em terceirizadas de empresas de telecomunicação que atuam em obras de instalação de fibra óptica, em sua maioria realizadas pelo método não destrutivo (MIND), em Curitiba e Região Metropolitana. O objetivo do programa é repassar orientações sobre a sinalização e a integridade da rede de gás natural e evitar interferências e interrupção no fornecimento do combustível.

Relacionamento com Clientes

Para atendimento e relacionamento, a Compogas disponibiliza diferentes canais. Os telefones 3004-3400 e 0800 643 8383 estão disponíveis a todos os consumidores e à sociedade de forma geral, inclusive para atendimentos de emergência todos os dias da semana, 24 horas por dia. Em 2022, foram mais de 61,3 mil ligações recebidas e mais de 110 mil protocolos abertos. Um acréscimo de 23% em relação aos atendimentos realizados em 2021. Além do atendimento telefônico, a interação com clientes e consumidores se dá por plataformas on-line e atendimento presencial.

A agência Compogas Virtual se consolida como um dos principais canais de atendimento da Companhia, permitindo a emissão de fatura, atualização de cadastro, histórico de consumo, orientações para o cliente e abertura de pedidos, permitindo a realização de ações corretivas e reeducando assim a probabilidade de acidentes. Como uma sociedade de economia mista, a Compogas está sujeita às legislações que normatizam as ações de seleção de fornecedores, sendo as mesmas realizadas conforme os editais de licitação e editais contratuais, e em cumprimento às legislações trabalhistas, de direitos humanos, fiscal e ambiental.

Os processos de aquisição e contratação da Compogas são regidos pela Lei das Estatais, nº 13.303/2016, conforme disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, em vigor desde o ano de 2018, e atualizado em 2021. O Regulamento e seus anexos estão disponíveis em licitacoes.compogas.com.br.

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE

Planos e ações que implicam na redução de emissões de poluentes na atmosfera e o uso de energias mais limpas são prioritários para minimizar o efeito estufa e contribuir para um planeta melhor. Clientes das atividades de geração de energia elétrica e de distribuição de combustíveis poluentes, a Compogas distribui o gás natural, de origem fóssil, mas com características ambientais que o colocam em vantagem competitiva no cenário sustentável.

O gás natural é considerado mundialmente o combustível da transição energética. É o combustível fóssil de menor geração de Gases do Efeito Estufa (GEE) e com baixíssima emissão de óxido de nitrogênio, fútil em de particulado. Na análise de emissões de dióxido de carbono (CO2), o gás que mais contribui para o efeito estufa no planeta, o gás natural é o menos poluente, apresentando redução na emissão de até 90% quando comparado a outros combustíveis.

Com papel importante na transição para o uso de fontes renováveis, o gás natural se caracteriza como uma opção verde. No cenário de transição para o uso de combustíveis poluentes, a Compogas distribui o gás natural, de origem fóssil, mas com características ambientais que o colocam em vantagem competitiva no cenário sustentável.

Com papel importante na transição para o uso de fontes renováveis, o gás natural se caracteriza como uma opção verde. No cenário de transição para o uso de combustíveis poluentes, a Compogas distribui o gás natural, de origem fóssil, mas com características ambientais que o colocam em vantagem competitiva no cenário sustentável.

Com papel importante na transição para o uso de fontes renováveis, o gás natural se caracteriza como uma opção verde. No cenário de transição para o uso de combustíveis poluentes, a Compogas distribui o gás natural, de origem fóssil, mas com características ambientais que o colocam em vantagem competitiva no cenário sustentável.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Investimentos Sociais por meio de Incentivos Fiscais
Os investimentos sociais são realizados por meio de incentivos fiscais em benefício da comunidade local. A iniciativa da Companhia vai ao encontro do seu referencial estratégico, que busca promover a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento da comunidade local e das regiões em que atua. Em 2022, R\$ 1,5 milhão foi destinado a 12 projetos paranaenses voltados às áreas da saúde, infância e educação.

Ao apoiar as ações sociais, a Companhia se envolve ainda mais com a comunidade, entendendo seus desejos, suas necessidades reais, e reforça a vocação de ser uma empresa feita por pessoas e para as pessoas. Os projetos apoiados estão enquadrados em leis e programas de incentivo fiscal - Lei de Incentivo ao Esporte; Fundo da Infância e da Adolescência; Fundo do Idoso e Programa Nacional de Desenvolvimento Cultural e Político de Proteção de Crianças e Adolescentes. A Compogas também estabelece critérios para aprovação das propostas e que está disponível no site da empresa) e ao Decreto Estadual nº 1.715/2015.

Os patrocínios incentivados, de caráter institucional, voltados à responsabilidade socioambiental, cultura, esporte, desenvolvimento, integração e sustentabilidade regional, ou outros temas que sejam relevantes para a comunidade local e o desenvolvimento da Companhia, são realizados com o fortalecimento e a valorização da imagem corporativa em conjunto com a promoção do desenvolvimento social e sustentável. A regulamentação para cadastro e seleção de projetos incentivados está disponível no site compogas.com.br.

Ações de Impacto Socioambientais

Após a conclusão do trabalho de gestão do seu negócio de forma sustentável, cliente de que a construção da infraestrutura da rede de distribuição de gás canalizado gera impactos, os quais devem ser mitigados. Para tanto, a Companhia realiza ações com o objetivo de mitigar os impactos socioambientais ocasionados durante as obras, de forma a converter estes efeitos em benefícios para a população local.

A principal ação em andamento se refere à medida compensatória referente ao projeto de ampliação da rede de distribuição de gás natural executada nos municípios de Ponta Grossa, Caramel e Castro entre os anos de 2014 e 2016. Trata-se da construção da Reserva Técnica do Museu do Tropeiro, em Castro. A medida é proveniente de um Termo de Compromisso firmado pela Companhia junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o espaço será destinado a garantir a preservação das peças do acervo museológico que não estão em exposição. Em 2022, a Compogas deu continuidade à primeira fase da medida compensatória referente à

construção da Reserva Técnica. Foram obtidas todas as aprovações necessárias para o projeto executivo junto à Coordenação Estadual do Patrimônio Cultural, IPHAN e Prefeitura Municipal de Castro. Também foi iniciado o processo administrativo para contratação da obra da Reserva Técnica que está prevista para realização ao longo do ano de 2023.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas de notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e com as instruções expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com o intuito de assegurar a confiabilidade de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(i) Reconhecimento de receita

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
O reconhecimento da receita da distribuição de gás natural canalizado, por meio da concessão para exploração dos serviços públicos, conforme o descrito e demonstrado em nossa auditoria, em conformidade com a Lei nº 11.071/2004 e o Decreto nº 10.741/2020. O reconhecimento da receita da distribuição de gás natural canalizado, por meio da concessão para exploração dos serviços públicos, conforme o descrito e demonstrado em nossa auditoria, em conformidade com a Lei nº 11.071/2004 e o Decreto nº 10.741/2020.	Nossa abordagem de auditoria baseou-se na combinação de testes de controles e testes substantivos, incluindo: (i) Conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas de gás natural canalizado, que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; (ii) avaliação do desenho dos controles implementados no processo de descrito e demonstrado em nossa auditoria, em conformidade com a Lei nº 11.071/2004 e o Decreto nº 10.741/2020; (iii) inspeção em bases de amostragens dos recebimentos subsequentes de faturas; (iv) análise das receitas não faturadas considerando o processo de mensuração realizado pela administração; (v) testes documentais em transações de receita, para uma amostra de lançamentos contábeis registrados na rubrica de receita, levando em consideração a relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem, e (vi) avaliação se as divulgações incluídas nas notas explicativas estão apropriadas. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que são consistentes com a avaliação da Administração, consideramos adequadas as práticas de reconhecimento de receita da Companhia, para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Balancos patrimoniais (Em milhares de reais)				Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	61.059	210.641	Fornecedores	10	97.758	3.740
Aplicações financeiras	-	-	8.332	Contas a pagar de partes relacionadas	10 e 15	-	60.121
Contas a receber de clientes	5	128.579	81.179	Impostos a pagar	11	45.066	15.454
Contas a receber de partes relacionadas	5 e 15	199	200	Provisões trabalhistas e encargos sociais a pagar	12	8.947	8.043
Estoques		5.694	1.297	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.4	267.149	129.061
Impostos a recuperar	7	44.154	38.443	Passivo de arrendamentos	21.2	3.580	2.803
Créditos nas operações de venda de gás	6	42.475	54.518	Outros passivos		3.722	2.484
Ativo regulatório	24	32.825	-			426.222	221.706
Despesas antecipadas		577	570				
Outros ativos		480	600	Não circulante			
		316.042	395.780	Benefícios a empregados	16	9.294	10.528
Não circulante				Provisão para contingências	13	16.168	16.144
Créditos nas operações de venda de gás	6	-	26.048	Passivo de arrendamentos	21.2	12.421	11.381
Impostos a recuperar	7	-	42.810	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.3	42.022	33.556
Despesas antecipadas		10	27			79.905	72.009
Depósitos judiciais		69	71	Patrimônio líquido			
Contas a receber de clientes	5	50	-	Capital social	14.1	220.966	220.966
Ativos financeiros da concessão	9.2	-	233.026	Ajuste de avaliação patrimonial		(364)	(1.796)
Intangível	9.3	712.970	74.702	Reservas de lucro	14.2 e 14.3	347.831	303.007
Ativo de contrato	9.3	30.032	29.821				
Direito de uso de ativos	21.1	15.387	13.607			568.433	522.177
		758.518	420.112				
Total do ativo		1.074.560	815.892	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.074.560	815.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Receita líquida - venda de gás e serviços	17	1.262.658	738.050
Receita de construção	17	12.024	11.222
Total da receita líquida		1.274.682	749.272
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	18	(1.031.147)	(574.374)
Custo de construção	18	(12.024)	(11.222)
Lucro bruto		231.511	163.676
Despesas com vendas	18	(10.214)	(11.132)
Despesas gerais e administrativas	18	(46.817)	(56.892)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	27.981	38.448
Lucro antes das (despesas) receitas financeiras, imposto de renda e contribuição social		202.461	134.100
Receitas financeiras	20	57.278	47.470
Despesas financeiras	20	(14.948)	(3.632)
		42.330	43.838
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		244.791	177.938
Imposto de renda e contribuição social - corrente	8.1	(61.232)	(40.909)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	8.1	(7.328)	(11.376)
Lucro líquido do Exercício		176.231	125.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	176.231	125.653	
Ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	2.171	445	
Tributos sobre ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	(738)	(151)	
Resultado abrangente do exercício	177.664	125.947	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)						
	Outros resultados abrangentes		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		220.966	(2.090)	42.326	222.069	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	(52.901)	-
Resultado atuarial líquido	-	-	294	-	-	294
Lucro líquido do exercício	14.4	-	-	-	-	125.653
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.867	-	(1.867)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(34.140)	(34.140)
Dividendos a disposição da AGO	-	-	-	-	89.646	(89.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		220.966	(1.796)	44.193	169.168	89.646
Saldos em 31 de dezembro de 2021		220.966	(1.796)	44.193	169.168	89.646
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	89.646	(89.646)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	(82.041)	-
Resultado atuarial líquido	-	-	1.433	-	-	1.433
Lucro líquido do período	14.4	-	-	-	-	176.231
Destinações:						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(49.367)	(49.367)
Dividendos a disposição da AGO	-	-	-	-	126.864	(126.864)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		220.966	(363)	44.193	176.773	126.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido do Exercício			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período:			
Depreciação e amortização	9.3	35.891	32.879
Despesa de imposto de renda e contribuição social (Reversão) de provisão para expectativa de crédito de liquidação duvidosa	8	68.560	52.286
Provisão para perda por critério de valoração de crédito de gás (Ganho) para ajuste de preço nas operações de compra de gás	5	368	(2.764)
Provisão para contingências e benefícios a empregados	13.1 e 16.2.1	(1.210)	15.917
Variações monetárias sobre ativo financeiro		(10.772)	(33.910)
Ativo Regulatório		(30.740)	-
Resultado na baixa do intangível		105	11
		215.380	154.714
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) de aplicação financeira		8.332	(290)
(Aumento) de contas a receber de clientes e outras		(47.767)	(19.529)
(Aumento) de estoques		(4.397)	(365)
Redução de tributos a recuperar		37.048	8.526
Redução de créditos nas operações de gás		61.144	57.887
Redução de depósitos judiciais		2	15
Redução (Aumento) de despesas antecipadas		10	(352)
Redução (Aumento) de outros ativos		120	(20)
Aumento de fornecedores de gás e contas a pagar		33.897	21.894
Aumento (redução) de impostos a pagar		10.657	(8.870)
Aumento de obrigações trabalhistas e encargos sociais		904	366
Aumento (Redução) Pagamento de juros		37	(554)
Aumento (redução) de outras contas a pagar		3.764	(10.744)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		319.131	202.678
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(41.538)	(27.583)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos		2.887	3.705
		(38.651)	(23.878)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Renovação da concessão - outorga		(403.964)	-
Aquisição de ativo intangível	9.3	(23.106)	(14.262)
Alienação do intangível		(105)	(11)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(427.175)	(14.273)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		-	(40.588)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	21.2	(2.887)	(3.705)
Pagamento de encargos		-	(379)
Pagamento de debêntures		-	(19.873)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(2.887)	(64.545)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(149.582)	99.982
No início do período		210.641	110.659
No fim do exercício		61.059	210.641
		(149.582)	99.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Receitas			
Venda de produtos e serviços		1.672.750	976.632
(-) ICMS - substituição tributária		(7.794)	(5.591)
Outras receitas		142.966	52.467
		1.807.922	1.023.508
Insunhos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(1.111.461)	(668.327)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(20.006)	(22.006)
Outros		(117.150)	(28.020)
		(1.248.617)	(718.353)
Valor adicionado bruto		559.305	305.155
Depreciação e amortização	9.3	(35.889)	(32.877)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		523.416	272.278
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	57.278	47.470
		57.278	47.470
Valor adicionado total a distribuir		580.694	319.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)						
	Outros resultados abrangentes		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		220.966	(2.090)	42.326	222.069	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	(52.901)	-
Resultado atuarial líquido	-	-	294	-	-	294
Lucro líquido do exercício	14.4	-	-	-	-	125.653
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.867	-	(1.867)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(34.140)	(34.140)
Dividendos a disposição da AGO	-	-	-	-	89.646	(89.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		220.966	(1.796)	44.193	169.168	89.646
Saldos em 31 de dezembro de 2021		220.966	(1.796)	44.193	169.168	89.646
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	89.646	(89.646)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	(82.041)	-
Resultado atuarial líquido	-	-	1.433	-	-	1.433
Lucro líquido do período	14.4	-	-	-	-	176.231
Destinações:						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(49.367)	(49.367)
Dividendos a disposição da AGO	-	-	-	-	126.864	(126.864)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		220.966	(363)	44.193	176.773	126.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Informações Financeiras em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paranaense de Gás - Compagas ("Companhia") é uma sociedade de economia mista constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Avenida João Gualberto, 1000, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal. A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998 e possui em 31 de dezembro de 2022, uma rede de distribuição de 864 km e conta com 157 colaboradores.

A Companhia possui um contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de 06 de julho de 1994. Tal contrato foi prorrogado por igual período com fundamento no artigo 16 da Lei Complementar Estadual nº 205, de 17 de dezembro de 2017, contados da data de vencimento do prazo original da concessão, passando a ter como termo final de vigência a data de 06/07/2054.

O processo de renovação exigiu o pagamento de bônus de outorga de R\$ 508 milhões, em favor do Estado do Paraná, e a adoção do modelo regulatório de tarifa teto, com a remuneração baseada no custo médio ponderado de capital (WACC) e uma base de remuneração líquida (BRRL) inicial de R\$ 647,8 milhões, em substituição ao modelo atual "cost plus".

O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria-prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

Extinta a concessão, por advento do termo contratual, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos bens vinculados à concessão, ainda não amortizados, avaliados pelo seu valor contábil atualizado monetariamente até aquela data.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A preparação destas demonstrações de acordo com as IFRS tem por objetivo atender a demanda da controladora da Companhia. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 25 de janeiro de 2023 e sua divulgação será autorizada pelo Conselho de Administração.

2.2 Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, conforme explicado na Nota. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos (créditos nas operações de venda de gás). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição. A administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo endereçadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(a) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - Impairment: A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e nos dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se as condições financeiras da contraparte pioraram significativamente, independente do número de dias de atraso.

4.2 Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuflências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

4.3 Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

4.4 Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

4.5 Desreconhecimento ("baixa")

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.4 Contas a receber vinculadas a concessão

O contrato de concessão de distribuição de gás canalizado quando atendidos os requisitos contratuais se enquadra no modelo bifurcado, em que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente, o Estado do Paraná, ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro, ativo de contrato no período da construção e de ativo intangível. Com a renovação da concessão, o saldo atual de ativo financeiro foi transferido integralmente para o ativo intangível.

3.5 Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Neste período, a Companhia não identificou indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos, mas está efetuando o seu recálculo baseado na sua estimativa de realização dos créditos relacionados às operações de vendas de gás, onde leva em consideração a sua utilização pela Companhia em seu modelo de negócios e com realizações futuras trazidas ao valor presente.

3.6 Estoques

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo de contrato, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.7 Impostos a recuperar e a recolher

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço e inclui o reconhecimento de juros a receber ou a pagar, conforme a legislação vigente e o direito de receber os juros ou a obrigação de pagá-los, respectivamente.

3.8 Créditos nas operações de vendas de gás

Os créditos de aquisição de volumes de gás são registrados pelo custo de aquisição conforme definição entre a Companhia e o fornecedor e são atualizados a valor justo de acordo com a regra contratual. O volume de gás mínimo não retirado está sujeito a compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido até o mês de julho de 2024. Este saldo é corrigido periodicamente, atualizando o valor de recuperação pelo preço vigente do gás.

3.9 Ativos financeiros de concessão

Obras em curso para distribuição de gás canalizado as quais serão transferidas para o ativo intangível quando de sua entrada em operação e na medida em que é recebido o direito (autorização) de cobrar os usuários. O montante que não será amortizado dentro do prazo da concessão é apresentado no ativo financeiro.

3.10 Ativo de contrato ou intangível em formação

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. O intangível em formação refere-se a obras para ampliação da rede de distribuição de gás, principalmente para captação de clientes em Curitiba e região metropolitana. A Administração avalia periodicamente o andamento dessas obras e efetua a transferência para intangível em serviço no momento da sua conclusão.

A Companhia adota a prática de avaliar periodicamente os seus investimentos através da avaliação de fluxo de caixa projetado até a data final da concessão trazido a valor presente e historicamente apresenta indicador positivo na avaliação da totalidade de seus investimentos.

A amortização do intangível leva em consideração o prazo contratual da concessão.

3.11 Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

3.12 Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de gás de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil-econômica na qual os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue os principais.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

(a) Contratos de concessão são registrados de acordo com o ICPC 01 (R1) e OCPC 05 e, portanto, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato. O ativo financeiro quando apresentado, representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais (intangíveis) são amortizados de acordo a vida útil dos mesmos e o que excede o tempo da concessão, torna-se ativo financeiro.

3.13 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, com consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.15 Capital Social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas. A Companhia efetua o pagamento dos dividendos observando a existência de lucro disponível e após as destinações obrigatórias previstas em lei. Caso haja capacidade financeira de pagamento de dividendos, a Assembleia de Acionistas pode deliberar por um percentual de pagamento superior ao mínimo obrigatório.

3.16 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável, conforme políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além

disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.17 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com direitos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de desempenho de entregar bens ou serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (vencido de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços).

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.18 Normas e interpretações ainda não efetivas aplicáveis à Companhia

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	918	171
Aplicações financeiras:		
Fundos de investimento	28.843	155.046
CDBs	31.298	55.424
Total de caixa e equivalentes de caixa	61.059	210.641

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa - CDB, e fundos de investimentos referenciados à taxa DI e distribuídos entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com remuneração média de 96,97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem os requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecida pela Administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2022 é de 12,43% (4,42% em 31 de dezembro de 2021).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Distribuição de gás canalizado	140.620	92.804
(-) Perdas no Recebimento de Créditos Lei 9.430/95	(9.929)	(11.266)
(-) Perdas estimadas de créditos	(1.863)	(158)
Total de contas a receber, líquidas	128.828	81.379
Contas a receber de clientes	128.629	81.179
Contas a receber de partes relacionadas (nota 15)	199	200
Contas a receber de clientes - curto prazo	128.778	81.379
Contas a receber de clientes - longo prazo	50	-

O prazo médio de recebimento de clientes é de 30 a 45 dias. A movimentação da provisão para perdas ocorreu da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(11.424)	(14.188)
Adições	(368)	-
Baixas	-	2.764
Saldo no fim do exercício	(11.792)	(11.424)

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por prazo de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	125.690	79.769
Vencidos até 60 dias	2.905	1.783
Vencidos de 61 até 180 dias	1.334	333
Vencidos acima de 181 dias	10.691	10.919
Total das contas a receber	140.620	92.804

6. CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada) (**)	57.750	57.750
Impairment de gás QPNR(Quantidade Paga não Retirada)	(11.153)	(11.153)
Débitos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada)	(46.597)	(46.597)
Créditos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada) (*)	42.475	86.140
Débitos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada)	-	(5.768)
Créditos nas operações de venda de gás	-	194
Total	42.475	80.566

Ativo circulante	42.475	54.518
Ativo não circulante	-	26.048

(*) Refere-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores aqueles efetivamente retirados e utilizados, incluindo cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido, num prazo de até 01 ano após o vencimento do contrato. Este saldo é corrigido trimestralmente atualizando o valor de recuperação. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, a Companhia estima compensar integralmente os volumes até o final do ano de 2023.

(**) De acordo com o contrato de fornecimento entre COMPAGAS e Aracária Nitrogenados (ANSA), o cliente tem direito de utilizar seu saldo de Quantidade Paga e não Retirada - QPNR até Dezembro 2020. Originalmente, o cliente planejava utilizar seu saldo de QPNR para as operações ao longo do primeiro semestre de 2020, entretanto a unidade foi hibernada pela PETROBRAS em fevereiro de 2020. Isso resultou num saldo de QPNR residual (volume de 55.770.890 m³). Em 2021, diante da falta de consenso entre as partes e da compensação dos créditos de compra de gás efetuada pela PETROBRAS, no montante de R\$ 11.153, em 2021, foi constituída provisão deste valor até o desfecho das discussões no âmbito da câmara de arbitragem.

Em relação ao crédito de gás total detido pela Companhia, e, considerando o plano de expansão e as perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, as projeções realizadas pela Administração indicam que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2022 será efetuada integralmente.

Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do ativo circulante:

Ano	Valor a compensar
2023	42.475
Total	42.475

6.1 Compromissos com contratos de fornecimento

A Companhia possui contrato de fornecimento de gás com a Petrobras S.A., com garantia de disponibilidade de volume diário, conforme tabela

Período	Quantidade Diária Contratual (m³/Dia)	Contrato
01/01/2022 até 31/12/2022	400.000	NMG 2020-2023
01/01/2023 até 31/12/2023	400.000	NMG 2020-2023
01/01/2022 até 31/12/2022	511.000	NMG 2022-2025
01/01/2023 até 31/12/2023	450.000	NMG 2022-2025
01/01/2024 até 31/12/2024	400.000	NMG 2022-2025
01/01/2025 até 31/12/2025	330.000	NMG 2022-2025
01/01/2025 até 31/12/2032	208.000	NMG 2024-2032

O compromisso financeiro total dos contratos, descontado a valor presente é estimado em R\$ 3.875.135, cujo valor inclui o mínimo estabelecido nos contratos tanto em commodities quanto em transporte.

Este compromisso foi estimado utilizando o volume total contratado pelo custo da commodity e transporte, líquido de impostos, calculado a valor presente na data base de 31 de dezembro de 2022. Estas condições podem ser repactuadas caso o cenário se altere em razão de aspectos de mercado e sob concordância das partes.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF a compensar	8.705	994
IRPJ a compensar	2.958	1.493
CSLL a compensar	3.986	3.574
PIS a compensar (a)	28.505	26.883
COFINS a compensar (a)	-	48.309
Total dos impostos a recuperar	44.154	81.253
Ativo circulante	44.154	38.443
Ativo não circulante	-	42.810

(a) PIS e COFINS a recuperar - Em 28 de março de 2019, transitou em julgado o Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27.2007.4.04.7000, com decisão favorável à Companhia, reconhecendo o direito de excluir o ICMS (valor destacado em nota fiscal) da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96.

Os efeitos oriundos desta ação, suportados por parecer de seus assessores jurídicos, foram registrados nas Demonstrações financeiras, a partir do deferimento pela Receita Federal do Brasil em 23 de dezembro de 2019, do pedido de habilitação dos créditos compensáveis pretéritos de R\$ 142.821, conforme procedimento regado pela Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017. Além da decisão transitada em julgado a seu favor, a Companhia está amparada por parecer jurídico dos seus assessores legais que suportam tecnicamente o reconhecimento do crédito fiscal.

	31/12/2022	31/12/2021
Valor original dos créditos	23.994	70.127
Juros Selic	4.511	5.065
Valor atualizado da habilitação dos créditos	28.505	75.192

A expectativa de realização total de PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir.

Ano	2023	2025
Total	28.505	28.505

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

8.1 Resultado do exercício

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto corrente		
Imposto de renda	(44.510)	(29.621)
Contribuição social	(16.722)	(11.288)
	(61.232)	(40.909)
Imposto diferido		
Imposto de renda	(5.388)	(8.365)
Contribuição social	(1.940)	(3.011)
	(7.328)	(11.376)
Total despesa com imposto de renda e contribuição social	(68.560)	(52.285)

8.2 Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	31/12/2022	31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ



de propriedade desta, por um período de 72 meses, prorrogável por igual período. Após cumprido o primeiro prazo contratual, considerando o momento econômico e ampla oferta de imóveis, a Compagas notificou a Fundação Copel a intenção de rescindir o contrato. Em 2016 as partes submeteram a controvérsia à arbitragem.

Em dezembro de 2021 a Companhia provisionou o valor de R\$ 15.793 relativo à decisão arbitral envolvendo Compagas e Fundação Copel referente ao possível ressarcimento à Fundação Copel, na eventualidade da venda do imóvel por valor inferior ao real contábil, da diferença entre o valor de venda do imóvel e o valor que a Compagas autorizou/determinou que fosse investido no imóvel.

(b) **Trabalhistas**
Ações trabalhistas nas quais a Companhia é relacionada referem-se, principalmente, ao reconhecimento de vínculo empregatício e verbas de natureza salarial. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

13.2 Ações com risco de perda avaliadas como possíveis

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis (a)	268.621	77.316
Fiscais (b)	680	5.176
Trabalhistas (c)	1.040	252
Valor líquido das estimativas para litígios R\$	270.341	82.744

(a) **Cíveis**
Demandas judiciais que compreendem basicamente ações de direito de passagem e de equilíbrio econômico-financeiro e de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas.

Em maio de 2022 a companhia foi notificada em ação relativa à restituição de supostos valores cobrados a maior relativos a PIS e COFINS na fatura de gás natural e danos morais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante estimado como perda possível relativo às demandas cíveis era aproximadamente R\$ 268.621 (R\$ 77.316 em 31 de dezembro de 2021), não reconhecido pela Companhia no passivo como provisão para riscos cíveis.

(b) **Fiscais**
Decorrente de notificações fiscais relativas à compensação de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 680 (R\$ 5.176 em 31 de dezembro de 2021).

No ano de 2022 houveram decisões favoráveis à companhia relativas às notificações fiscais com redução dos valores das demandas.

Com base no prognóstico de nossos assessores legais, não há necessidade de constituição de provisão, pois a expectativa de perda é estimada como possível.

(c) **Trabalhistas**
Consistem principalmente de horas extras e reflexos, reconhecimento de vínculo e indenizações. Em 31 de dezembro de 2022, além dos processos já provisionados, existem outros de mesma natureza que totalizam R\$ 1.040 (R\$ 252 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 220.966 (R\$ 220.966 em 31 de dezembro de 2021) representado por 33.600.000 ações com valor nominal de R\$ 6,58, sendo 11.200.000 ordinárias e 22.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social.

Composição acionária	Participação	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Paranaense de Energia - Copel	51,00%	5.712.000	11.424.000	17.136.000
Comitê Gás S.A	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Totais	100,00%	11.200.000	22.400.000	33.600.000

14.2 Reserva legal

O Estatuto Social prevê que 5% do lucro líquido será aplicado na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	220.966	220.966
Reserva legal	44.193	44.193
Percentual da reserva legal constituída	20,0%	20,0%

14.3 Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente do lucro de exercício, com base na proposta da Administração para atender ao plano de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido a Assembleia Geral.

	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	220.966	220.966
Reserva de retenção de lucros	176.774	169.168

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Quando este limite é atingido, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

14.4 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social (Artigo 67), é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, não foram distribuídos dividendos antecipados.

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	176.231	125.653
Reserva legal (5%)	-	(1.867)
Base de cálculo para os dividendos e JCP	176.231	123.786

Dividendos propostos pela Administração:			
Dividendos	13.975	12.848	
Juros sobre capital próprio-JCP	35.391	21.292	
(-) IRRF - JCP	(5.308)	(3.192)	
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	44.058	30.948	
Participação do dividendo no Lucro após reserva legal	25,0%	25,0%	

A composição de dividendos e JCP a pagar é demonstrada abaixo:

Em 31/12/2022

Ano da declaração	Base	Dividendos/JCP	Valor
2019	Resultado de 2019	Adicionais	50.455
2020	Reservas de 2014 e 2015	Adicionais	59.649
2021	Resultado de 2021	Obrigatórios	30.946
2022	Reservas de 2016 a 2018	Adicionais	82.040
2022	Dividendos e JCP de 2022	Obrigatórios	44.059
Total de dividendos e JCP			267.149

Em 31/12/2021

Ano da declaração	Base	Dividendos	Valor
2019	Resultado de 2019	Obrigatórios	44.178
2019	Resultado de 2019	Adicionais	105.709
2020	Resultado de 2020	Obrigatórios	14.160
2020	Reservas de 2014 e 2015	Adicionais	52.901
2021	Resultado de 2021	Obrigatórios	30.948
Total de dividendos			247.896
(-) Dividendos pagos até 31/12/2021			(118.835)
Dividendos a pagar em 31/12/2021			129.061

Conforme Lei 9.249/95, os juros sobre o capital próprio foram computados aos dividendos mínimos obrigatórios, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conformidade com as normas contábeis.

No ano de 2022, devido a opção tributária de apuração trimestral do lucro real, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Companhia para a declaração trimestral de juros sobre o capital próprio a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício. Para efeito de demonstração, esses juros estão sendo apresentados na conta de reservas de lucros em contrapartida do passivo circulante.

14.5 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ação em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período/exercício atribuído aos acionistas da Companhia	176.040	125.653
Ações ordinárias	11.200	11.200
Ações preferenciais	22.400	22.400
Total de ações preferenciais e ordinárias	33.600	33.600
Lucro/ação	5,24	3,74

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada / natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel	-	-	136.037	65.821	(4.374)	-
Entidades com influência significativa						
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro ²	-	-	-	31.619	-	-
Reembolso de salários	-	-	156	-	-	45
Comitê Gás S.A	-	-	-	-	(2.102)	-
Dividendos a pagar	-	-	65.351	-	-	-
Reembolso de salários ¹	-	-	155	-	(602)	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	65.351	31.619	(2.102)	-
Reembolso de salários ¹	-	-	225	201	(986)	(400)
Outras partes relacionadas						
Araucária Nitrogenados - ANSA ³	-	-	-	46.597	-	-
OPNR/Take or Pay Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ²	-	-	-	-	-	-
OPNR/Take or Pay	-	-	143.890	-	-	-
Aquisição de gás para revenda	-	-	-	60.121	-	(373.829)
Petrobras Distribuidora S.A. - Petrobras ²	-	-	-	-	-	-
Receta com venda de gás	-	-	-	-	-	7.942
UEG Araucária Ltda.	-	-	-	-	-	-
Receta com venda de gás	199	199	-	-	-	-
Receta de serviços	-	-	-	-	22.438	25.783
Copel Distribuição S.A.						
Consumo de energia elétrica	-	-	-	-	(265)	(253)
Copel Telecom ²	-	-	-	-	-	-
Rede conexa / internet	-	-	-	-	-	(186)
Rumo Logística	31	44	-	-	-	(13)

¹ Reembolso de salários de administradores dos acionistas.

² Entidades não consideradas como partes relacionadas no ano de 2022 por alteração de participação societária.

15.1 Remuneração dos Administradores

A ata da 127ª Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2022 fixou o montante anual com encargos, para remuneração dos Administradores, no valor de R\$ 4.034 para o ano de 2022 (R\$3.916 em 2021)

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, podem ser classificados em dois programas específicos: Plano de Benefício Previdenciário e Plano de Benefício Assistencial.

Balanco patrimonial e resultado do exercício

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 11.488, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Plano de previdência	Plano de assistência saúde	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações totais	14.643	9.294	23.937	25.746
Valor justo dos ativos	(14.643)	-	(14.643)	(15.219)
			9.294	10.527

16.1 Plano de benefício Previdenciário

O plano previdenciário, chamado de "Plano III", é um plano de contribuição definida (CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da Companhia é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2021, data do último cálculo atuarial, não há valor a ser reconhecido.

Os valores de (ganho) perda reconhecidos no demonstrativo de resultado abrangente estão resumidos a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Plano de assistência saúde	1.433	(294)
	1.433	(294)

O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repartição anual.

16.2 Plano de benefício assistencial

16.2.1 Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações do plano benefício definido em 1 de janeiro	10.528	10.121
Custo do serviço corrente e juros	1.279	852
Benefícios pagos	(342)	-
(Ganho)/perda atuarial	(2.171)	(446)
	9.294	10.527

16.2.2 Componentes da despesa do plano (Pró-saúde) projetada

	31/12/2022
Custo do serviço	320
Custo dos juros	1.033
	1.353

Premissas utilizadas nos cálculos atuariais:

Dados populacionais	31/12/2022	31/12/2021
---------------------	------------	------------

Ativos:		
Número de participantes ativos:	136	140
Idade média em anos:	46,65	45,76
Serviço creditado total	14,05	12,84
Tempo para aposentadoria	10,45	11,33
Renda média em R\$	12.282,83	12.289,79

Aposentados:		
Número de participantes aposentados:	15	15
Idade média em anos:	61,65	60,65
Benefício médio em R\$	4.442,90	4.548,86
População total	154	158
Hipóteses econômicas		

Taxa de anual de juro atuarial real (Duration):

Plano CV/ salgado	6,2	5,4
Plano de Saúde	6,2	5,4
Taxa anual de inflação projetada	5,10	5,50
Taxa anual real de evolução salarial	1	2
Taxa anual de evolução custos médicos	1	1
Aging Factor	3,3	5,8
Taxa real de evolução de benefícios	0	0
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0	0
Fator de capacidade (benefícios e salários)	97,5	98

Hipóteses atuariais		
Taxa de rotatividade	0%	0%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (M/F)	AT-2000 (M/F)
	10%	10%
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de invalidez	Tasa 1927	Tasa 1927
% de casados na data de aposentadoria	80%	80%
Diferença de idade entre homens e mulheres	Real (ou 4 anos)	Real (ou 4 anos)

Dados fornecidos por empresa especializada em cálculo atuarial

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - VENDA DE GÁS E SERVIÇOS

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de vendas de gás	1.628.950	950.849
Ativo regulatório (nota 24)	21.361	-
Receita de serviços	22.438	25.783
ICMS sobre vendas	(288.103)	(162.709)
PIS e COFINS sobre vendas	(121.925)	(75.357)
ISS sobre vendas	(63)	(516)
Receita operacional líquida	1.262.658	738.050
Receitas de construção - ICPC 01(R1)	12.024	11.222

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2022	31/12/2021
Compra de gás natural	(980.202)	(525.806)
Pessoal	(44.693)	(41.952)
Amortização	(35.889)	(32.879)
Serviços de terceiros	(16.332)	(16.373)
Despesas gerais	(6.554)	(19.735)
Tributos e taxas fiscais	(2.976)	(1.074)
Materiais	(1.059)	(3.328)
Distribuição de gás	(362)	(466)
Locações	(111)	(109)
Total	(1.088.178)	(641.722)

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.031.147)	(574.374)
Despesas gerais e administrativas	(46.817)	(56.216)
Despesas com vendas	(10.214)	(11.132)
Total	(1.088.178)	(641.722)
Custos de construção ICPC 01(R1)	(12.024)	(